

Procedimentos da Setic são referência no CSJT

TRT foi representado na reunião do Comitê de Segurança da Informação, que aconteceu no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília

Nos dias 29 e 30 de agosto, foi realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST), mais uma reunião do Comitê Técnico Temático de Segurança da Informação da Justiça do Trabalho (ctSEG), instituído pelo Ato CSJT.GP.SE nº 15/2010. O Comitê é composto por servidores da área de Tecnologia da Informação e, entre suas principais atribuições, está realizar estudos e projetos relacionados à Segurança da Informação na Justiça do Trabalho.

O TRT da Paraíba foi representando na reunião pelo servidor Rodrigo Mafra, assistente de Segurança da Informação da Setic, e membro do ctSEG desde 2010. Também participaram servidores dos Tribunais do Trabalho de Santa Catarina, Goiás e do TST. A composição atual do ctSEG foi definida pelo Ato CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV nº 22/2017. Os custos com passagens e diárias para a realização da reunião foram de responsabilidade do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Rodrigo Mafra destacou que, entre os objetivos do encontro, foi abordada a definição de normativos nacionais na área de Segurança da Informação. E entre os modelos propostos pelo Comitê para toda a Justiça do Trabalho, dois deles foram baseados em procedimentos desenvolvidos pelo TRT13. “A Política de Segurança da Informação e Comunicação (RA nº 133/2014) e na Norma para a Realização de Backup (Ato TRT GP nº 248/2017) do TRT da Paraíba foram tomados como base para os normativos nacionais, evidenciando mais uma vez o caráter inovador deste Regional”, disse Mafra.

Pauta da reunião do Comitê:

- Proposta de avaliação para a análise de riscos de Segurança da Informação do ciclo 2016-2017;
- Plano de execução das ações contidas na proposta de avaliação da análise de riscos do ciclo 2016-2017;
- Envio de ofício consultivo aos órgãos da Justiça do Trabalho sobre existência e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (conforme item 5.4.a. do questionário iGovTI 2016 do TCU);
- Proposta de modelo de Política de Backup para os órgãos da Justiça do Trabalho (conforme item 5.4.e. do questionário iGovTI 2016 do TCU);
- Revisão do modelo de Política de Segurança da Informação e Comunicações proposto em 2015 pelo ctSEG.

54 visualizações desde a data de publicação



https://www.trt13.jus.br/intranet/acs/news/2017/09/procedimentos-da-setic-sao-referencia-no-csjt/@@nitf_custom_galleria



https://www.trt13.jus.br/intranet/acs/news/2017/09/procedimentos-da-setic-sao-referencia-no-csjt/@@nitf_galleria